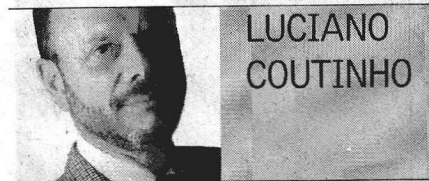


# Do crescimento ao desenvolvimento

LUCIANO  
COUTINHO

**E** stá ficando cada vez mais clara a percepção dos agentes econômicos de que podem ser construídas condições de sustentação do crescimento da economia brasileira. A rápida e efetiva conquista por parte do governo da confiança dos mercados quanto à consistência da política fiscal e — mercê dos ventos externos super-favoráveis — a obtenção de um portentoso superávit comercial, aceleraram as condições para a recomposição do raio de manobra da política econômica.

Com efeito, foi verdadeiramente espetacular a escalada do superávit comercial. O saldo anualizado da balança comercial corre, hoje, a um nível próximo a US\$ 32 bilhões ao ano. Admitindo que em 2004 as importações subam expressivamente em função da retomada de investimentos (mais 15%) e sob a hipótese bastante cautelosa de que as exportações se desacelerarão (do ritmo de 21% ao ano para algo próximo a 12%) alcançaremos em 2004 um superávit comercial de US\$ 26,5 bilhões, suficiente para zerar outra vez o déficit em transações correntes e para concretizar mais um passo importante de recuperação das

nossas reservas próprias de divisas.

O mercado internacional já vislumbra a possibilidade das exportações brasileiras ultrapassarem a marca de US\$ 100 bilhões nos próximos três anos propiciando a liquidação dos empréstimos junto ao FMI e, ainda, a realização de um incremento substancial de reservas próprias (entre US\$ 20 e US\$ 35 bilhões adicionais dependendo do volume dos ingressos de investimentos diretos). Reservas próprias superiores a US\$ 40 bilhões serão o passaporte para a plena autonomia nacional na condução da política econômica e, principalmente, para a formação de uma taxa real de juros muito mais baixa! Para isso, porém, será necessário sustentar firmemente o esforço exportador e investir simultaneamente na substituição eficiente de importações.

Salvo na hipótese de superveniência de uma virulenta crise internacional, em decorrência de perturbações resultantes dos gigantescos déficits fiscal e em transações correntes dos EUA, é perfeitamente plausível que a posição externa do Brasil possa se robustecer significativamente nos próximos anos. Três condições precisarão ser preenchidas para se obter esse feito: 1) implementação de uma eficaz política industrial e de comércio exterior, capaz de induzir e de financiar investimentos na criação de nova capacidade exportadora; 2) desdobramento de uma política agressiva de promoção comercial e de abertura de

novos mercados; 3) e, por último mas não menos importante, a manutenção de uma taxa de câmbio persistentemente estimulante ao drive exportador (imprescindível após o reaquecimento do mercado interno) o que se coaduna com a já anunciada política de acumulação de reservas por parte do Banco Central.

O fato de que essas políticas estão ao alcance do governo brasileiro começa a ser compreendido pelos mercados e isso contribui para a queda acelerada da percepção do risco-país (movida, evidentemente, pelo contexto ultra favorável de liquidez global e de apetite por títulos de alto retorno).

Essa melhoria de percepção quanto às condições de solvência externa somada às avaliações favoráveis quanto ao desempenho das finanças públicas e da relação dívida/PIB propiciarão condições para uma melhoria crescente da qualidade e do perfil temporal das dívidas interna e externa.

O avanço desse processo benéfico de administração dos passivos públicos, aliado ao robustecimento do balanço de pagamentos, tornará possível ao país caminhar em direção ao status de investimento grade e a um patamar de juros reais na faixa de 5 a 6% ao ano. Não é irrealista ambicionar chegar a ele ainda dentro do mandato do presidente Lula!

Porém, a consecução desses objetivos ambiciosos transita pela consolidação da confiança na sustentabilidade do

crescimento e esta, por sua vez, requer que se constitua um círculo virtuoso de investimentos-confiança-mais investimentos-mais confiança. Ainda que assumidas as condições já citadas (e.g. política industrial, promoção comercial, câmbio estimulante, reservas ampliadas e melhoria do perfil das dívidas) resta nos mercados, contudo, a dúvida de que o crescimento possa vir a ser obstado por gargalos de infra-estrutura. Por essa razão é urgente acelerar a regulamentação e a operacionalização do novo modelo para o setor elétrico em bases atraentes

**Será necessário sustentar com firmeza o esforço exportador e investir simultaneamente na substituição eficiente de importações**

para os investidores privados. É urgente, também, a viabilização das PPP e de novas engenharias sem impacto na contabilização do déficit público para suportar uma recomposição dos investimentos infra-estruturais, aproveitando-se neste sentido os ganhos previstos de receita tributária. Investimentos em malha rodoviária, ferrovias, portos são reconhecidamente urgentíssimos.

Em suma, o governo Lula tem — por seus méritos, pela sua amplitude política e pela sorte — a oportunidade históri-

ca de recriar um projeto nacional de desenvolvimento. Um projeto nacional de desenvolvimento decerto ultrapassa em muito a simples sustentação do crescimento — mas dela não pode prescindir para que se acelere persistentemente a criação de empregos. Do ponto de vista social um projeto nacional requer a concretização de investimentos de grande escala em saneamento, habitação, transportes coletivos, reforma agrária, educação, cultura, saúde e meio ambiente. Novos paradigmas de política social deveriam ser concebidos e experimentados!

Do ângulo econômico um novo projeto nacional de desenvolvimento precisará estar ajustado aos desafios da concorrência global e não poderá prescindir de um grande esforço de capacitação em ciência e tecnologia com o viés pragmático de criação de novos processos e produtos competitivos.

O governo do presidente Lula já reuniu ao seu redor um arco amplo de forças políticas e sociais pró-desenvolvimento e já lançou os fundamentos mínimos para sustentar o crescimento econômico. Resta o desafio de construir democraticamente um projeto nacional socialmente justo e redutor das desigualdades, economicamente criativo e competitivo.

**Luciano Coutinho**, professor titular do Instituto de Economia da Unicamp, escreve mensalmente às sextas-feiras.